

O geral e o regional na História da Geografia

Nilson Cortez Crocia de Barros*

Abstract

The paper examines how the regional and systematic dimensions of Geography both played their role in the construction of the geographical thought. It analyses how this ontological experience projected itself through modern geography. To approach the subject the article employs contextual and epistemological historiographical points of view. The duality of styles of thought represented by the words *physis* (Gr.) and *chora* (Gr.) is here understood as one expression of the varieties of methodological possibilities displayed by Geography as a discipline and recognized as part of the core of the geographical tradition.

Key words: *History of geography, Geographical thought, Regional geography, Systematic geography, Modern geography.*

Resumo

O trabalho aborda a natureza das dimensões regional e geral na formação da Geografia e a manifestação disto nas faces modernas da disciplina. Metodologicamente, o artigo emprega combinadamente as abordagens historiográficas contextual e epistemológica. A dualidade *physis* (Gr.) (geral) e *chora* (Gr.) (corografia) é entendida como expressão das possibilidades metodológicas encontradas na disciplina e reconhecida como parte positiva da tradição geográfica.

Palavras chave: *história da geografia, pensamento geográfico, geografia regional, geografia geral, geografia moderna.*

Introdução

Antes do estabelecimento da sua compreensão moderna decorrente da institucionalização, a Geografia foi muito frequentemente tida como astronomia. Repetidamente também a Geografia foi sinonimizada ao que hoje, plasticamente, chamar-se-ia

* Professor de Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Ciências Geográficas, Estado de Pernambuco, Brasil, <www.ufpe.br>, correio electrónico: ncrocia@ufpe.br

Geografia Física. Em casos assim a Geografia correspondia ao que no vocabulário filosófico grego tem-se como *physis* (Gr).

A atividade da descrição dos lugares, por seu turno, denominava-se *corografia* (*chora*, Gr), irrelevante fossem descritos aspectos culturais ou naturais. Estava fixada, assim, a dualidade dos estilos de pensamento dentro da Geografia, e a cisão decorrente projetou-se sem intermitências do horizonte grego até os dias atuais, forjando uma tradição com efeitos polêmicos ou controversos no pensamento geográfico. Modernamente isto se evidenciou quando a doutrina da análise espacial-econômica encontrou a reação crítica dentro da disciplina representada na recusa ao emprego dos métodos do positivismo lógico no estudo dos comportamentos espaciais humanos.

Críticas muito atuais e encontradas em revisões bibliográficas de ramos sistemáticos da disciplina afirmando que certos modelos geográficos pressuporiam comportamentos humanos constantes —com isto desvalorizando o papel dos indivíduos e das reações humanas na construção das propriedades do espaço geográfico— são ecos bem recentes do mesmo debate (Barros, 2009). Expor e discutir ainda que brevemente tal experiência disciplinar é o objetivo central do presente trabalho.

A identificação dos estilos cognitivos diversos considerados aqui partes estruturais da própria Geografia —isto é, *physis* e *corography*— é a ferramenta historiográfica epistemológica empregada. Não obstante o valor interpretativo desta ferramenta, parece-nos seja insuficiente aos objetivos do presente artigo. É que a cognição se exerce nos contextos históricos, filosóficos, sociais, políticos, tecnológicos, religiosos, etc., contextos que são ativos e que impregnam o nível conceitual com as suas marcas, deixando-lhe cicatrizes. Então, acreditamos que a abordagem epistemológica neste artigo pode auxiliar-se da análise temporal ou das circunstâncias ou dos contextos.

O trabalho entende as atitudes geral e regional como expressões positivas das possibilidades metodológicas encontradas na Geografia e reconhece-as como componentes da tradição geográfica viva. O artigo está dividido em seis partes; as duas primeiras tratam do geral e do corográfico no horizonte greco-romano e no mundo do Islam, respectivamente. A terceira parte examina o assunto no ambiente da expansão comercial europeia quando então se discute o tema abertamente. A parte quinta explora a proposta de Geografia Cultural de F. Ratzel. O movimento teórico na Geografia, anos do pós 2a. Guerra, é o assunto da última parte, mas observo que os impactos deste movimento são ainda muito recentes para permitir uma avaliação mais apropriada pela historiografia.

Physikóis, corógrafos e os arquétipos de Strabão e Ptolomeu

Aristóteles empregou o termo *physikói* (físico) para denominar aqueles filósofos empenhados no estudo da natureza, cujo período áureo foi o denominado Pré-

Socrático —isto é, do século VI a C até o surgimento das figuras discursivas de Sócrates e Platão. O estudo da natureza, na visão de Epicuro, era ocupação a ser cultivada pelo homem sábio —ao lado do cuidado que deveria ele ter com a sua segurança pessoal e com a escolha das próprias satisfações— para conquistar o prazer da vida. É que o conhecimento da natureza, afirmava, removeria os medos das ameaças naturais que impediam a tantos de terem tranqüilidade de espírito. Há algo de iluminismo na visão epicureana (Morais, 2010).

A variedade das contribuições dos *physikóis* para a investigação da natureza, exposta em trabalhos como o de Glaecken (1967), impressiona àqueles interessados no assunto. Há nos *physikóis* eficiente instrumentação matemática aplicada à observação astronômica, tudo associado à inquirição filosófica. É neles que estão sementes do que se chamaria modernamente Geografia matemática (Tatham, 1967, p. 28) —um termo que foi também usado para situar ou circunscrever trabalhos dos geógrafos quantitativos nos anos de 1950-1960. O *physikói*, entretanto, perseguia a identificação de leis e regularidades nos fenômenos da natureza.

A ideia do determinismo locacional é ainda outro exemplo da anterioridade clássica no pensamento geográfico. Aristóteles e Cícero, respectivamente, consideravam a localização da Grécia e de Roma a condição responsável pelo sucesso dos seus respectivos impérios. No século 19, Carl Ritter afirmará ser a Europa privilegiada locacionalmente, disto resultando a sua proeminência econômica. E antecedentes do determinismo ambiental na Geografia moderna são identificados em Hipócrates de Cós (460-370 BC), vez que comentou a influência da topografia e do clima sobre as tendências políticas dos povos no seu trabalho *Ar, Águas e Lugares* (Barnes, 1921, p. 35).

Mencione-se ainda Filolau de Cróton que, ao final século V aC, afirmava ser a natureza ordenada tanto à escala do cosmos quanto à escala das coisas ou partes existentes (princípio de ordenamento) (*Os Filósofos Pré...*, fragmento 1). A ideia do cosmos ordenado, cara ao *physikói*, é reconhecida na criação humboldtiana e no projeto da imaginação regional totalizante do começo do século 20, o da região imaginada como um pequeno mundo harmonizado.

Aristóteles (384/383-322 aC) fundou em Atenas o seu próprio *Lyceum* com o objetivo de estudar todos os ramos do conhecimento humano. A iniciativa é considerada uma das primeiras grandes empresas de organização enciclopédica do conhecimento e certamente influenciadora do caráter da Geografia. Algumas de suas obras ilustram a amplitude das suas preocupações temáticas: *Física, Meteorologia, Sobre os Céus, Geração e Corrupção, História dos Animais, Sobre as Partes dos Animais* (*The Basic Works of Aristotle*). Seu discípulo Theophrastus comparou formas de vegetação no território grego, sendo por isto reconhecido, junto com o seu mestre, como um precursor neste campo dos estudos da Geografia (Kirk, 1977, p. 116).

A formalização clássica da Geografia aconteceu quando Roma tornou-se a potência dominante no Mediterrâneo e absorveu a cultura grega; Strabão e Ptolomeu são as duas personalidades associadas a esta formalização. Strabão, talvez nascido em 63 aC, era também conhecido como historiador e considerado seguidor da tradição descritiva de Heródoto (Holt-Jensen, 1988, p. 12). Sua *Geographica* possuía 17 volumes e propunha-se a apresentar o conhecimento geográfico acumulado pelo mundo grego até então. Strabão, de fato, é reconhecido como um mestre da descrição regional e dos lugares (corografia) (Barnes, 1921, p. 35-36; Tatham, 1967, p. 29; Lencioni, 2003, p. 46), e entendia ser o papel do geógrafo coletar informações de viagens que permitiriam “*reconstruir de forma integral em um único plano o aspecto da terra habitada*” (o *oikumene*) (Strabo, II.511, C 117, transcrito por Claval, 1998, p. 11).

Cláudio Ptolomeu provavelmente viveu entre o ano 100 e o ano 178 da Era Cristã e firmou-se na história do pensamento ocidental como astrônomo e geógrafo. Isto quer dizer que manteve seu interesse voltado ora para a *physis*, principalmente e, secundariamente, para a corografia. Os seus dois grandes trabalhos —*Almagest* e *Guia para a Geografia*— são diferentes em método e temática, expondo assim a cisão entre a *physis* e a corografia. Juntos, o *Almagest* de Ptolomeu e a obra *Sobre as Dimensões e Distâncias da Terra e da Lua* de Aristarchus —onde estariam bases da teoria heliocêntrica que se associará ao nome de Copérnico no Renascimento— representam os dois mais compreensivos trabalhos sobre a astronomia da Grécia (Tagliaferro, 1952, p. 1).

Em decorrência do que foi antes exposto pode-se seguramente afirmar que o mundo antigo deixou para a Geografia o impulso teórico ou geral (*physis*) e o impulso corográfico, além do naturalista e da conformação enciclopédica (Barros, 2004a). Modificados ou atualizados que tenham sido pelo espectro das circunstâncias —culturais, econômicas, políticas, institucionais, tecnológicas, acadêmicas, etc.— nas quais estiveram imersos, eles envolvem aqueles que lidam com a Geografia contemporânea.

A corografia e as leis dos assentamentos populacionais no Islã

O Islã entrou em contato com a herança do conhecimento geográfico grego através dos escritos de Ptolomeu e Aristóteles, cujas obras começaram a ser traduzidos para o árabe no século IX, por ordem do califa Al Mamum (Ibn Kaldun, 1958, p. 147, vol. III). A *Physis* de Aristóteles, à semelhança de outros trabalhos do sábio, passou a reverberar nos ambientes urbanos letrados e cultores das artes e das ciências. Então, a exemplo de Ibn Tufayal (1105-1185 ou 1186dC) no seu trabalho *O filósofo autodidata* (Ibn Tufayal, 2005) —na Marrakech sob as ordens do califa Abu Takub Yusuf (Aufret, 2005, p. 11)—, filósofos expunham e discutiam os conceitos de

singularidade, comunalidade (tipo gerais), seres perfeitos (corpos celestes) e geração & corrupção, temas assimilados da experiência greco-romana.

O mais famoso dos geógrafos árabes no campo das descrições dos lugares distantes foi Ibn Batutah, homem que dedicou décadas da sua vida às viagens e à confecção de registros geográficos além de, principalmente, fazer crescer o seu próprio capital através do comércio. Batutah nasceu no Tanger bem no começo do século 14 e, aos 22 anos, principiou a viajar: Meca, colônias árabes da costa leste da África, Índia, China, Malásia. Explorou geograficamente e comercialmente o Sudão relatando as condições do meio físico, da população, do tráfego comercial e da situação religiosa, a conversão de populações negras aos ensinamentos do Profeta inclusive (Kimble, 2005, p. 121-124), posicionando o seu nome na história dos estudos corográficos e antropológicos.

Ibn Kaldun (1332-1406) é figura exponencial na História da Geografia pelo fato de ter identificado tendências gerais na organização espacial dos assentamentos humanos. Kaldun nasceu em Túnis, tendo se projetado como humanista, moralista, doutrinário e filósofo da dinâmica (mudanças) das civilizações. Deixou impressionante contribuição na interpretação da história dos assentamentos humanos ao propor uma lei geral para os mesmos. Kaldun considerava que o bem estar nos assentamentos humanos atingia-se pela combinação das virtudes da religião com as da nobreza, especialmente a benevolência, atitude típica da nobreza dos desertos que comandava as virtuosas tribos nômades. O ambiente físico e social do deserto, portanto, seria o ambiente geográfico das dinastias ascendentes (geração). Gradualmente urbanizando-se, a dinastia atingia o seu máximo de abundância, consumo, luxo e infidelidade à ortodoxia dos valores, e começava a apodrecer (corrupção).

Ibn Kaldun apontou ainda a relação entre o tamanho populacional das cidades e as funções urbanas que tenderiam elas a possuir: o princípio da hierarquia funcional urbana que inspirou numerosos estudos geográficos a partir da segunda metade do século 20. A capacidade de Ibn Kaldun de produzir generalizações a partir das análises sobre o povoamento —talvez se possa dizer que foi uma espécie de *physikói* dos assentamentos humanos— inseriu seu nome com destaque entre aqueles que cooperaram na construção da Geografia. Sumariamente, ele elaborou uma interpretação geral sobre a gênese, evolução e decadência dos assentamentos humanos; ainda produziu uma observação geral acerca das tendências das distribuições das funções pelas cidades, distribuição funcional hierárquica regulada pela riqueza e população ostentadas por estas mesmas aglomerações urbanas (Barros, 2005a).

As leis gerais e o especial (corográfico) no ambiente renascentista

Os trabalhos geográficos produzidos no período não decorriam apenas das viagens impetuosas e delirantes na busca de eldorados nunca encontrados (Raleigh, 1595; Barros, 2000). Muitos escritos, efetivamente, exibiram características inovadoras

que influenciaram decisivamente a natureza da Geografia quando da sua formulação moderna e institucionalização.

Mas a passagem da Geografia do Renascimento para a da condição moderna é problemática, entremeada pela complexa experiência do Iluminismo e se constitui num campo sem fim para pesquisas e fértil para especulações. Contudo, historiadores da Geografia reconhecem a obra *Geographia Generalis* (1664) de Bernardo Varenius, editada originalmente em 1650 em Amsterdã, como o trabalho que lançou uma ponte entre os esforços do Renascimento e o caráter do Iluminismo, ou Época da Razão ou do Esclarecimento.

Coube a Varenius a tarefa de acreditar numa harmonia funcional para a tradicional justaposição, sob a palavra Geografia, do padrão metodológico descritivo (corográfico) e do padrão generalizador. Até então, isto não incomodava alguns praticantes, a outros sim. Os trabalhos geográficos ao longo destes dois séculos —16 e 17— oscilam entre os dois padrões e, tal qual na obra de Peter Apian (*Astronomicum caesareum* e *Cosmographicus liber*, 1524), há consciência da coexistência das duas grandes atitudes metodológicas. Para Apian, a Geografia era *physis*, estudo da astronomia; a palavra Geografia, para ele, não deveria denominar as descrições corográficas.

Figura proeminente no período é Acosta (*História Natural y Moral de Las Indias*, 1590), que oferece corografia e, ao mesmo tempo, ousa produzir generalizações, conforme apreciação de Humboldt (1952, vol. 1, p. 48). Acosta antecipou-se mesmo a Humboldt quando explorou o tema do controle da temperatura pela altitude (Butzer, 1992, p. 557), e nisto se pode reconhecer um grande passo no exame das regularidades nas relações entre os geofatores (relevo, clima, etc.).

O pastor reformista, astrônomo e matemático Bartholomäus Keckermann (1572-1609) publicou, em 1611, o *Systema Geographicum*, obra que reflete ideias da Reforma (Livingstone, 1992, p. 84), especialmente a crença que o *Logos* não estava finalizado na Bíblia e nos profetas (Weber, 1983, p. 104), mas acessível sempre aos homens como indivíduos livres para que eles refletissem sobre as obras e leis de Deus. Keckermann defendeu fosse mantida a distinção terminológica clássica —vinda de Ptolomeu— entre Geografia (*physis*) e corografia. Corografia (descrições dos lugares) não era Geografia. Este ponto de vista foi precisamente contraditado por Bernardo Varenius logo depois.

A obra de Bernardo Varenius —a *Geographia Generalis* (1664)— é reputada como passo decisivo na história do pensamento geográfico. A razão para isto é que ele não somente reconheceu a divisão entre a *physis* e a corografia, mas também, em reconhecendo tal cisão, refletiu sobre a mesma diante dos desenvolvimentos da astronomia. Observe-se que, na época, o mundo dos Países Baixos —onde Varenius vivia— havia se tornado o grande centro europeu para os *physikóis*, especialmente Leiden para os astrônomos. As reflexões de Varenius levaram-no a propor uma

harmonização funcional dos dois padrões metodológicos dentro da Geografia, como solução para o problema da dissociação.

Ele preservou a denominação *geographica generalis* já empregada por Apian, em 1524, para os trabalhos que produziam e reuniam as informações astronômicas e físicas na escala do globo terrestre. E, ao conjunto das práticas e produtos (descritivos) lidando ora com a parte natural ora cultural das regiões particulares (corografia), ele denominou de *geographica specialis*. Apesar das diferenças, ambas as atitudes, segundo Varenius, podiam e deviam equilibrar-se numa composição justificada racionalmente e harmoniosa, denominado a Geografia.

Na linguagem científica da época, sob forte influência teológica, a distinção das duas esferas componentes da Geografia era enunciada por Varenius do seguinte modo: *a) os trabalhos gerais*: compreendiam as leis astronômico-matemáticas do governo geral de Deus sobre o mundo, a dimensão do necessário, e: *b) os trabalhos especiais*: compreendiam as circunstâncias, a dimensão soteriológica, o espaço da moral, da providência (Livingstone, 1992, p. 85). Varenius, ao seu modo e no seu tempo, lidava com o clássico problema que gregos, que Ibn Tufayal no Islã e tantos outros lidaram e que outros tantos lidariam no futuro.

A Geografia, neste momento, começou a recuar quanto às suas clássicas ambições astronômicas, chegou-se mais à superfície da Terra e manteve o nome. A proposta doutrinária da *Geographia Generalis* (1664), celebrada como obra prenúncio para o Iluminismo e o início da Geografia moderna, parte de um *physikói*, pois a obra é, aos olhos de hoje, astronômica (Livingstone, 1992, p. 86). Não obstante esta constatação, Varenius construiu uma ponte, pois argumentou que se submetesse a parte astronômica dos estudos geográficos aos interesses da interpretação dos fenômenos da porção terrestre (Humboldt, 1952, vol. 1, p. 48-49).

A permanência de Varenius na Holanda, segundo Humboldt (1952, vol. 1, p. 48; vol. 2, pp. 451, 449), permitiu-lhe manter estreitos contactos com estudiosos e viajantes que acorriam a este centro cosmopolita dos negócios, da ciência e da cultura. A Universidade de Leiden, proeminente centro europeu no estudo da natureza e treinamento científico, dispunha das instalações conhecidas como *Hortus Botanicus*, *Theatrum Astronomicum* e *Theatrum Anatomicum* (Matsuura, 2010, p. 39, 158-159). Varenius encontrava-se num *core* imperial privilegiado cuja área de influência estendia-se do Ocidente ao Oriente, incluindo a porção litorânea situada ao nordeste da colônia lusitana do Brasil, ambiente tropical ocupado pelos holandeses de 1630-1654. Tal zona colonial foi figurada e estudada em várias localidades costeiras no Ceará, no Rio G. do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Sergipe e na Bahia por artistas, cartógrafos e naturalistas trazidos pela Companhia das Índias Ocidentais, como Eckhout, F. Post e G. Marcgrave.

O *Atlas de Johan Vigboons* foi produzido no período, tendo o cartógrafo desenvolvido os mapas no seu ateliê em Amsterdã com base nas informações que lhe

eram transmitidas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Galindo & Meneses, 2003). O realista relatório de Elias Herckmans, então governador da Paraíba, exemplifica o tipo de corografia produzida no mundo holandês da época de Varenius (Herckmans, 1982); realista ou naturalista ou factual, descrevendo o natural e o cultural, comparando positivamente —sem extrapolações teológicas— características das paisagens tropicais no nordeste do Brasil e na África.

Talvez a maior repercussão da obra de B. Varenius para a formação da Geografia como ciência de padrão moderno derive do fato que ele insistiu nas interinfluências entre os estudos gerais —a chamada Geografia geral ou das leis— e os estudos corográficos (Geografia especial). Varenius deplorava a cisão dos dois padrões de trabalhos geográficos, pois prejudicava, segundo ele, a necessária procura das relações causais entre os fatos. Reconhecia ainda que, nesta cisão, a Geografia geral vinha sendo sacrificada pela corografia.

Stoddart afirmou que a fixação de três atitudes no campo das ideias científicas ajudou a criar o Iluminismo e a emergência da Geografia moderna: o realismo descritivo, o método comparativo para desenvolver as explicações e a classificação sistemática dos materiais coletados (Stoddart, 1982, p. 292-293). Tais atitudes podem ser identificadas na *geographica specialis* de Herckmans (1982) e na *physis* que George Marcgrave (Matsuura, 2010) trouxe a Pernambuco e Angola.

O pensamento geográfico geral em Malthus, Humboldt e Ritter

Malthus. Na época de Kant —o filósofo do Iluminismo que deu aulas de Geografia quando jovem e acreditou ver a humanidade perdendo as ilusões sobre si—, mencionar contribuições positivas e modernas para a compreensão do comportamento humano em relação ao espaço geográfico exige citar a tese de Thomas Malthus (1798) sobre a dinâmica das populações humanas (Malthus, 1798). O estudo de Malthus foi contribuição decisiva para a primeira formulação do pensamento geográfico moderno, isto é, para a formulação da Geografia como ecologia do homem. A partir de agora, a atenção se voltava para a superfície da Terra e sua ocupação humana, e a Geografia nos meios cultivados não se confundiria mais com astronomia.

Malthus produziu uma teoria de estilo positivo (*physis*) das relações entre o homem (a população) e o meio (Bailey, 2005, p. 33). O que Malthus enunciou, recorrendo à linguagem matemática, foi uma lei da dinâmica da população. O controle exterior ou positivo daquela dinâmica far-se-ia, segundo ele, pelas propriedades da secção (região) do espaço geográfico onde a população habitava. Sobram provas que tal contribuição generalizante produziu consequências irrecusáveis na formação do pensamento geográfico moderno, e é isto que justifica a inscrição do seu nome ao lado de personalidades como Humboldt, Ritter e Ratzel.

As ideias de Malthus, vez que ele não teve atuação na institucionalização da disciplina, é que ajudaram a formar a Geografia moderna. É evidente que proposições de Malthus são reconhecíveis no discurso geográfico determinista que se propagará no final do século 19. Este discurso apoiava-se na noção de meio físico-biológico controlador das possibilidades humanas de progresso. Mas, a inquirição que aqui interessa refere-se ao modo como o conceito de meio migrou da biologia darwiniana para a Geografia da institucionalização.

O complexo processo se iniciou quando as reflexões de Malthus —sobre os limites impostos pelos meios geográficos à dinâmica das populações humanas—, décadas depois, exerceram sobre Darwin forte impacto. Entende-se isto: o estudo auxiliou o célebre biólogo na formulação da ideia dos mecanismos que produziram a diferenciação biológica. A sequência da influência malthusiana então desviou para dentro da Geografia que se institucionalizava, posto que Ratzel, um dos líderes da institucionalização da Geografia na Alemanha, havia recebido sua formação biológica em ambiente darwiniano (Barros, 2006a, b). Adiante, na parte dedicada à Antropogeografia ou Geografia Humana ratzeliana, o assunto será examinado.

Humboldt. O barão Friedrich Wilhelm Karl Heinrich Alexandre Humboldt (1769-1859) foi uma das figuras arquetípicas do Iluminismo com pendor naturalista, certamente a de maior projeção. Aquele naturalismo do tempo de Varenius, expresso nos trabalhos dos artistas e cientistas levados por Nassau para o Recife, Pernambuco (Brasil), estava agora, século e meio depois, armado de instrumentos. Humboldt viajava com cerca de cinquenta deles, os mais modernos. Humboldt preservou o caráter amplo da Geografia propugnado por Varenius e harmonizou conceptualmente a amplidão do mundo mediante a atualização moderna da proposta cosmográfica, o que nos faz lembrar, pelo menos, Filolau de Cróton. A cosmografia é uma espécie de filosofia (tipo *physis*) do globo (Capel, 1981, p. 7-8; Livingstone, 2003, p. 4) ou, nas palavras do próprio Humboldt, “o grande todo” (Humboldt, 1952, *Prefácio*, p. 9, vol. 1). Ela se constituiria numa espécie de religião de grande apelo mediante a qual a razão encararia a natureza.

Humboldt evidenciou as relações causais entre os geofatores através dos perfis continentais que traçou, consagrando uma técnica tornada essencial no treinamento dos geógrafos quando da institucionalização (controle termal, isolinhas) (Troll, 1968, cit. por Sarmiento, 2002, p. 214; Rupke, 1999, p. 336). Ele acreditava que a mente apresentaria uma tendência natural à generalização e o método era apenas a organização sistemática da inclinação do próprio espírito humano. Qual então seria o caminho metodológico proposto por Humboldt? Não o método corográfico, aquele que, segundo Kant, seria peculiar à Geografia e à história, e sim o procedimento geral adotado pelas ciências, o método comparativo: confrontar os fatos observados num determinado lugar com os fatos da mesma natureza em outros lugares do pla-

neta; e então extrair as lições gerais ou válidas universalmente para aquele tipo de fenômeno ou relação natural.

A compreensão e a aplicação deste método, na opinião de Martonne (1953, p. 13, 18), representou a superação da barreira entre as descrições regionais e a Geografia Geral e, portanto, a fundação da Geografia moderna. O positivismo naturalista cultivado por Humboldt afastava-o do relativismo; era um positivismo naturalista tal como definido por Franz Boas ao fim do século 19: “cada processo ou cada fenômeno que aparenta ser um conglomerado de irregularidades e incompreensibilidades para o observador... é por sua vez a ligação de uma longa cadeia” (Boas, 1996). A historiografia, entretanto, não é unânime nos elogios a Humboldt quando o assunto é a sua contribuição ao campo corográfico ou regional, o que sugere-nos a lembrança da clássica dificuldade da harmonização —talvez mais aspiração que fato positivo— dos dois padrões.

Ritter. Aos 25 anos de idade, Carl Ritter (1779-1859) publica o seu primeiro trabalho, *Europa: um Quadro Geográfico, Histórico e Estatístico*, um estudo de área no qual se move em meio a dilemas típicos da prática da regionalização: qual a melhor forma para identificar as diferenciações de área no continente europeu? Ele se perguntava: seriam os melhores marcos diferenciadores de área (regionais) na Europa os decorrentes dos fatores naturais, ou seriam mais adequados os marcos político-administrativos? (Capel, 1981, p. 42; Tatham, 1967, p. 49). São reflexões como estas que posicionaram Ritter entre os precursores da Geografia com preocupações regionais. Contudo, embora tenha firmado seu nome no campo corográfico, Ritter também ousou doutrinar *physis* no sentido de propagar o método comparativo, como se vê na sua obra *Introdução à Geografia Geral Comparada*.

Ritter apresentou, em profético e doutrinário, uma espécie de quantificação aplicável à análise espacial do todo geográfico, modelo de *physis* das formações sociais-territoriais e suas possibilidades culturais em função da forma geométrica das respectivas bases físicas (continentes). A noção de estrutura espacial desenvolvida por Ritter, a partir da observação das massas continentais, para Nicolas-Obadia (1974, p. 14), oferece um exemplo pioneiro de uso da abordagem espacial na História da Geografia moderna, embora existam controvérsias acerca de tal pioneirismo por conta da contribuição de Von Thunen (Capel, 1981, p. 72).

A Europa, dizia-o Ritter, apresentaria a configuração que reunia “o mais perfeito equilíbrio e a melhor repartição das formas, fluídos e sólidos à superfície da Terra” (Ritter, 1974, p. 115). A África, ao contrário, possuía a determinar-lhe o seu destino histórico exatamente o oposto: as piores condições geograficamente imagináveis (Ritter, 1974, p. 114). Importante observar que o modelo de Ritter, espécie de Geografia geral sobre o mundo moral, repousa na ideia das possibilidades ou chances de interação social entre os povos: quanto maiores estas chances, mais positivo o porvir continental. Décadas depois, o difusionismo de Ratzel apoiar-se-á

também nas chances de interação que as populações possuíam para daí imaginá-lhes as perspectivas de mudança cultural. Uma espécie de lei do progresso social.

O geral na Geografia Cultural (Antropogeografia) de F. Ratzel

Foi na área de zoologia que Frederico Ratzel (1844-1904) recebeu o seu treinamento universitário, justo na época em que os ambientes de estudo na biologia achavam-se sob a influência expansiva das generalizações contidas na obra de Charles Darwin. É quando é exposto ao tema zoológico das migrações das espécies e suas adaptações aos meios.

Ratzel passou a exercer atividades jornalísticas de modo profissional e, aos 29 anos, iniciou a sua memorável viagem aos Estados Unidos da América e ao México (1873-1875) com o suporte financeiro do jornal para o qual trabalhava. Para esta grande viagem o periódico liberou-o quanto ao que escrever, posto que até então seus escritos eram sobre os temas da natureza e, deixado tematicamente livre o que lhe chamou fortemente atenção foi a imigração dos chineses na costa oeste dos EUA.

Precisamente este interesse conduziu-o a escrever e publicar, em 1876, um trabalho sobre o tema, tornado sua tese de doutoramento ou habilitação ao ensino superior (Sauer, 1971, p. 250). Mas Ratzel voltou também a sua atenção para a presença das populações de origem africana nas plantações de açúcar e algodão no sul dos Estados Unidos, assim como se interessou pela influência exercida pelos imigrantes germânicos na região do Meio-Oeste. As migrações dos povos com suas culturas e as reações e adaptações deles aos novos meios passaram a ocupar papel central nas reflexões de Ratzel, tanto nos dois anos precedentes à sua ascensão à cátedra universitária de Geografia (Munique: 1875-1886; Leipzig: 1886-1904), quanto posteriormente. Migrações era grande tema também dentro da Europa, especialmente aquela do campo para a cidade, como o mostra o estudo de Ravenstein (1980), *As leis da migração*, em 1885, sobre a Grã Bretanha.

O Novo Continente tornara-se um além-mar especial, espécie de laboratório para reflexões sobre cultura, migração, adaptação, diferenciação e progresso. O vendaval que se desencadeava no espaço americano decorria da colonização em massa, do choque com os aborígenes, da imigração volumosa e diversificada culturalmente (africanos, asiáticos, europeus e suas variações), da urbanização e industrialização aceleradas e do estrondoso progresso, e, sobretudo, por evidenciar a imensa capacidade de adaptação humana aos novos meios geográficos (Ratzel, 1988).

As discussões sobre a temática da evolução na antropologia e na biologia haviam se tornado muito importantes depois da publicação, em 1859, da Origem das Espécies, por Darwin (1962); a ecologia dava seus primeiros passos com Haeckel, e os etnógrafos lançavam-se pelo mundo na busca dos materiais para tipologizar

evolucionariamente os grupos raciais e culturais. Este era precisamente o ambiente cultural e científico no qual se realizou a institucionalização da Geografia, institucionalização da qual Ratzel foi um dos líderes. Serão estas influências interdisciplinares, na opinião de Stoddart (1966), Claval(1974), Sauer (1971, p. 245) e tantos outros, decisivas na definição do pensamento geográfico de Frederico Ratzel, quer dizer, na definição da sua Geografia Cultural ou Antropogeografia.

Vindo da zoologia, Ratzel oferece uma estruturação à Geografia a partir da combinação dos conceitos e métodos da zoologia e da antropologia, recuperando tradições holísticas da disciplina, tarefa na qual a sua habilidade de comunicação jornalística certamente o ajudou. A proposta ratzeliana é essencialmente historicista posto que ela é uma exploração das razões das mudanças nos padrões culturais do espaço geográfico ao longo do tempo. Uma teoria do progresso ou da história humana vista como progressão adaptativa ao espaço geográfico (Barros, 2012).

A ideia de progresso (Bury, 1932), por então, impregnava mentes, e não lhe faltaram profetas. A proposição da sociedade evoluindo via três etapas —a teológica, a metafísica, e por fim, a positiva ou científica— advogada por Auguste Comte é parte integrante deste ambiente cultural (Lencioni, 2003, p. 80-81; Bezzi, 2004, p. 34-39), assim como o é a teoria do ciclo de Karl Marx, segundo a qual a sociedade partia do comunismo primitivo, cumpria etapas e, de certa forma, retornaria à origem por meio de um sistema político também científico, à semelhança do modelo de Comte. Havia uma teleologia secular emergente. No século XX, toda a Guerra Fria foi energizada pela mística do progresso, fosse econômico, social, político, cultural, ou até tudo ao mesmo tempo.

Ratzel, como outros dos seus contemporâneos, acreditava que a capacidade de invenção humana era muito limitada e, por isto, o progresso dos grupos sociais advinha de fato das difusões a partir de uns poucos centros culturais (Morán, 1990, p. 50, 51). O meio biofísico exercia, sim, influência sobre o progresso, mas apenas na medida em que os seus elementos (rios, oceanos, montanhas, florestas, etc.) favoreciam ou dificultavam o espalhamento das invenções entre as populações distribuídas no espaço geográfico.

O paradigma difusionista dominou a Geografia teórica e econômica que tomou forma nos anos de 1950, com os seus sistemáticos estudos das centralidades e dos polos de desenvolvimento aplicados ora às chamadas paisagens avançadas ora às paisagens cujos líderes políticos aspiravam revolucionariamente o desenvolvimento. A Geografia assim instrumentalizada pela ideia mais geral da difusão do progresso mobilizou entusiasticamente e abriu espaços institucionais às classes médias, irrelevante a coloração de ideologia moderna que professassem os seus profissionais. A tarefa era o desenho estratégico e a operacionalização das ações imperiais da modernização ou mudança cultural através do planejamento econômico e territorial. Isto tudo dentro dos escritórios ou contextos da Guerra Fria e deixando nos

espaços geográficos tradicionais os seus rastros de destruição, edificação e esperanças.

A proposta de *physis* na Geografia Humana ou Cultural

Ecoss do Círculo de Viena passaram a rondar a disciplina nos meados do século 20 e tais novidades reatualizaram na mesma, agora submetida a novos ambientes, as velhas diferenças entre *physis* e *chora*. O artigo de F.K. Schaefer (1977), publicado originalmente em 1953, é aguerrido e militante em defesa do positivismo e do progresso e contra a natureza compósita inscrita de forma indelével na ontologia da Geografia. Urgia formar geógrafos novos mediante a adoção de uma nova Geografia.

Claro que a Geografia moderna como ecologia humana – tal como doutrinada por Barrows (1923), Brunhes (1962), La Blache (1954) e tantos outros – vinha sendo costurada, do século 19 para o século 20, nas linhas do positivismo, isto é, com o amplo reconhecimento dos fatos externos (positivos) nas estruturações dos seus enunciados de verdade. As significações dos fatos observados pelas perspectivas teleológicas cristãs vinham desaparecendo dos livros desde séculos antes, para desaparecer de vez com a escolarização estimulada pelos estados nacionais. Contudo, o que se passou a entender por positivismo no início do século 20 foi muito predicado em comparação com o entendimento essencial anterior. Diante dos novos estudos da psicologia da cognição, da linguagem e da lógica aplicados à produção científica, o estilo de positivismo associado à primeira face moderna da Geografia passaria a ser chamado, apenas, positivismo bruto, não obstante representasse a atitude essencial.

Para os mais entusiasmados partidários da *physis*, a Geografia possuía por um lado a herança corográfica, regional, idiográfica e tipológica —anacrônica e a ser eliminada da disciplina, profetizavam evolucionariamente—, e por outro uma herança de atitudes positivas, nomotéticas ou orientadas para o estudo das generalidades verificáveis nos fenômenos espaciais humanos, a ser promovida. Os *partisans* historiavam esta contradição dentro do ramo do saber não para reconhecê-la, relativisticamente, como formando a estrutura e a experiência mesma da disciplina, mas sim para escavar argumentos justificadores à sua proposta de uma nova Geografia Cultural ou Humana com o perfil de *physis*, e desvencilhada da tradição corográfica.

Com certa facilidade reconhecia-se, em muitos ambientes da disciplina, insatisfações com a versão já estabelecida da Geografia. Mais generalizadamente, havia incômodos com o que vinha acontecendo com a Geografia decorrente da sua institucionalização, escolarização, rotinização e burocratização, como o evidencia, entre outros, o trabalho publicado por Kimble em 1951 na Grã Bretanha (Kimble, 1996).

Kimble propôs uma reestruturação no conceito de região para compatibilizá-lo com os novos tempos e espaços, isto dois anos antes do trabalho de Schaefer.

O alcance das ideias geográficas geradas nos ambientes da língua germânica sobre a Geografia norte-americana não estancou em Semple, Sauer (Speth, 1999) ou Hartshorne, ou seja, não se restringiu à Geografia Humana ou Cultural clássica. A difusão prosseguiu através dos textos básicos empregados pelo denominado movimento teórico acontecido nos meados do século 20, evento difusor que dependeu profundamente das circunstâncias que antecederam, acompanharam e se seguiram à 2ª Guerra Mundial. O alemão era estudado e, embora em menor medida, o russo também. Veja-se o exemplo de K. Schaefer (1904-1953), que nasceu em Berlim e, como jovem militante da esquerda social-democrata alemã, secretariou a sua seção sindical da juventude. Escapou à Guerra evadindo-se nos EUA. Em 1947 apresentou à Associação dos Geógrafos Americanos o trabalho *Geographical Aspects of Planning in the USSR*.

Concepções de ciência humana convergindo para o intervencionismo dos governos provocariam problemas no ambiente americano, pois representavam ortodoxia estranha à experiência da América do Norte de forte tradição liberal, federalista e prática. Expressão desta herança foi a permanente reação dos agricultores americanos às intensões territoriais mais dirigidas de zoneamentos agroecológicos (intervencionismo estatal no tipo de uso da terra), sendo os zoneamentos uma das típicas ferramentas das burocracias e escritórios expansivos no contexto da Guerra Fria. Em zonas ou regiões mundiais de tradição centralista, ao contrário, tal concepção associando ciência humana & planejamento contornados por uma teleologia do progresso encontraria chão para propagar-se e os planos quinquenais tornaram-se venerados, apesar da obscura origem numérica da duração.

A emergência do impulso teórico na Geografia realizou-se sob o estímulo dos ambientes institucionais da Guerra Fria. Barnes e Farish (2006) o descrevem como um novo contexto burocrático e tecnológico, cheio de desafios funcionais, temáticos e de escala para as ciências, e plenos das novas possibilidades tecnológicas trazidas pelos computadores, pela aerofotogrametria, pelas *networks* mundiais dos dados econômicos, climáticos, demográficos, etc. organizados pelas agências multilaterais, tudo a suscitar mudanças na disciplina. Entretanto, nos sítios culturais departamentais ciosos da tradição da Geografia como ecologia humana, a iniciativa matemático-estatística-econômica da análise espacial nunca foi acolhida como Geografia Humana ou Cultural.

A Geografia Humana ou Cultural clássica, cujos conceitos de espaço geográfico e região geográfica lastreavam a sua visão multicausal, detinha um forte argumento para repelir as novidades. A teorização que os renovadores produziam, argumentava, induzia a uma compreensão determinista dos fenômenos espaciais (Berry, 2005, p. 67). Novo determinismo, agora de ordem econômica —observe-se que marxistas,

depois, compartilharão do mesmo economicismo da Guerra Fria nas suas análises espaciais (Berdoulay, 2012, p. 109)— e que deveria ser rejeitado como o fora o determinismo físico pelos que reafirmaram o primado da indeterminação no estudo dos comportamentos humanos no espaço geográfico.

O movimento teórico procurava aproximar a disciplina daquela esfera que Platão chamou de reino dos *eide* (imutáveis, eternos, leis, necessidade), em oposição ao contingente, aparente (realismo), ao tempo (processos). Em outras palavras, o movimento teórico aproxima-se do espírito do *Almagest* de Ptolomeu, ainda que a *physis* deste tenha sido astronômica, onde se identificava o que seriam as leis perpétuas dos movimentos dos astros, seres perfeitos e regulares na visão grega dos seres. É por esta razão que G. Bergmann (1967) se refere ao *materialismo metafísico* que caracteriza o neopositivismo, por menos usual que seja o termo. Observe-se que o modelo gravitacional desfrutou mesmo de algum prestígio na Geografia Urbana espacial ou teórica.

Claro que a atitude teórica podia prescindir de técnicas quantitativas, ou mesmo estar atenta à variável tempo (ontologia das formas). Aquilo que, a rigor, o movimento teórico não podia prescindir era a especial consideração pelos dados positivos na construção das verdades e a busca de replicações ou tendências de relações entre variáveis. O modelo indutivo, projetado numa superfície isotrópica, do desenvolvimento do povoamento nos contextos coloniais proposto por Taffee, Morrill & Gould (1963) não envolve técnicas estatísticas (Barros, 1993; Barros, 2004b).

Várias décadas decorridas das primeiras iniciativas da análise espacial teórica na Geografia, reavaliações apareceram (Morrill, 1984) e o tempo preparou a ponderação dos extremos. Gustav Bergman, que teve importante participação na proposta de Schaeffer, reconheceu em 1966 que mudara em relação ao entusiasmo neopositivista que possuía nos anos de 1954 (Bergmann, 1967, p. x). Aprendeu-se que o mundo “*não é generoso com as teorias que temos sobre ele*” (Koelsch, 2001, p. 276). A própria historiografia —no atual ambiente pós- funcionalista (Claval, 2002) ou pós-moderno— sociologizou-se, ficou relativista, contextual, criando-se antídotos ao profetismo doutrinário da teleologia do progresso disciplinar típico da modernidade (Barros, 2006c).

Não obstante, realizando-se revisões bibliográficas em diversos ramos sistemáticos da Geografia Humana nas últimas décadas pode-se ver com clareza a dimensão vasta da contribuição da atitude teórica e sistemática na Geografia. Este é bem o caso da Geografia Urbana (Palm, 1981). Outro é o desenvolvimento da recentemente expansiva Geografia do Turismo (Hall & Page, 2000; Pearce, 2003; Barros, 2002, 2005b, 2009). Além disto, as contemporâneas discussões sobre os mecanismos e os efeitos espaciais da globalização ou mundialização são apoiadas nas ideias da difusão e interatividade a partir de alguns lugares centrais, ideias que, segundo

Kimble em 1951, estavam a merecer ascendência metodológica sobre a ênfase nos isolamentos regionais.

Conclusões

A nossa convicção é que a possibilidade da identificação de princípios gerais no ordenamento espacial não conduz à rejeição do entendimento do papel das singularidades nos arranjos das formas no espaço geográfico. Na sua longa ontologia, a Geografia preservou e interconectou as duas grandes possibilidades metodológicas de apreciar as variedades fenomenológicas daquele espaço. A proposta de Bernardo Varenius consistiu em perseguir a harmonização das duas condutas, a geral e a descritiva —cujas origens confundem-se com as do pensamento humano— e denominar tal sistema cognitivo assim imaginado de Geografia.

A institucionalização da Geografia no ensino superior, na passagem do século XIX para o XX, demandou a domesticação do pensamento geográfico, resultando disto a primeira face da Geografia moderna, definida como Antropogeografia ou Geografia Cultural ou Geografia Humana. O modelo conciliava os estudos tópicos —aproximados do ponto de vista geral— com a dimensão corográfica mediante a convergência final e realista dos resultados obtidos de forma sistemática na síntese de área, como se esta fosse a secção do vértice do cone disciplinar. A historiografia propositiva e erudita fixou esta fase dos fundamentos ou institucionalização como a da formação da Geografia moderna. As atitudes realistas regionais, compreensivelmente, prosperaram nos ambientes institucionais da Geografia.

Entretanto, também nesta fase e naturalmente —como em toda a vasta ontologia da Geografia tal qual ficou evidenciado no artigo— generalizações nunca estiveram ausentes dos horizontes do pensamento geográfico, particularmente quando as reflexões sobre o espaço e a região estavam sendo estimuladas pelas agendas das possibilidades das mudanças culturais (progresso) num sentido amplo. É precisamente o caso da teoria geográfica das difusões, abraçada por Frederico Ratzel.

No contexto da Guerra Fria, os capitalismo de corporações ou de estado —em ambientes de intensa acumulação, mudança tecnológica e ampliação do poder das ferramentas de domínio espacial— abriram as vias para as Geografias da modernização ou do planeamento do desenvolvimento na escala de competição internacional. De fato, sob os ecos ratzelianos do progresso, as ideias de centralidade (cores) e interação tornaram-se conceitos-chave. Claro que a reação crítica à análise espacial advinha das primeiras gerações da institucionalização da Geografia. Eram gerações pouco numerosas e forjadas nas representações das regiões rurais europeias envolvidas em questões identitárias ante os estados-nação; ou forjadas no desafio das apreciações descritivas realistas e minuciosas do espaço geográfico do mundo extra-europeu para a identificação de novos recursos naturais ou terras cultiváveis visando abrigar excedentes da transição demográfica europeia.

Assim, a Geografia Humana ou Cultural com a marca pessoal do scholar distinguuiu-se do padrão da disciplina das equipes do planejamento do desenvolvimento, do progresso (Barros, 2008). Geógrafos afeitos ao exercício da construção paciente e personalizada das monografias regionais —quando o indivíduo controlava as ações parciais da completude da espiral que começava no tópico analítico e se concluía na síntese regional— não raro estranharam os escritórios adotantes das divisões do trabalho tipo fordistas e as identificações aceleradas dos padrões ou regularidades tópicas ou sistemáticas. A atitude da convivência filosófica consciente com a dimensão das incertezas na conexão entre os geofatores —incluindo os humanos— contrastou com a ousadia de produzir-se uma ciência humana espacial experimental. Nas reações da Geografia Humana ao positivismo lógico da análise espacial-econômica são reconhecíveis as reverberações das reações culturais ouvidas desde o século 19 à ciência moderna, como em Tolstói.

Mas, finalmente, vamos aos fatos: a consciência da presença estrutural dentro da Geografia dos dois horizontes cognitivos —o horizonte das regularidades nos arranjos espaciais, por um lado, e o horizonte das singularidades dos lugares, por outro— estava nas mentes de protagonistas da iniciativa espacial, pelo menos na mente daquele que produziu o mais influente trabalho no campo do estudo dos assentamentos ou distribuições das populações humanas no espaço, Walter Christaller. Ele bem observou (Christaller, 1966) as relações de complementariedade entre as duas possibilidades metodológicas —a teórica e a corográfica— para a produção das representações geográficas dos assentamentos humanos, o grande objeto doutrinário da Geografia. Retornamos então ao que ficou afirmado ao fim da *Introdução*: o presente trabalho entende as atitudes geral e regional como expressões positivas das possibilidades metodológicas encontradas na Geografia e reconhece-as, portanto, como componentes vivos da disciplina.

Referências bibliográficas

- Agnew, J.; Livingstone, D.; Rogers, A. (ed.), *Human Geography: an essential anthology*, Blackwell Publishers, London, 1996.
- Aufret, S., “Apresentação”, in *Ibn Tufayl... op. cit.*, 2005.
- Bailey, A., *Making Population Geography*, Hodder Arnold, London, 2005.
- Barnes, H., “The relation of Geography to the writing and interpretation of history”, *The Journal of Geography* XX(9):35-40, 1921.
- Barnes, T. and Farish, M., “Between Regions: Science, Militarism, and American Geography from World War to Cold War”, *The Annals of The Association of American Geographers*, 96(4):807-826, 2006.
- Barros, N.C. de, *Geografia Humana: uma introdução às suas idéias*, Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

- , “Encounter e imaginação geográfica na Guyana brasileira”, *Território*, 8, jan-jun, pp. 31-46, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- , “Análise regional e destinações turísticas”, *Revista Turismo Visão & Ação*, 4(11):9-32, Universidade do Vale do Itajaí, 2002.
- , “Notas sobre contribuições da antiguidade clássica ao pensamento geográfico”, *Revista de Geografia*, 21(2):77-84, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004a.
- , *Tradição e inovação no pensamento geográfico: reflexões e aplicações*, Tese de Livre Docência apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, 2004b.
- , “Ibn Kaldun, a dinâmica dos assentamentos humanos e as funções urbanas no Islã histórico”, *Mercator*, 4(8):7-14, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005a.
- , “Expansão turística, dinâmica espacial e sustentabilidade das destinações no litoral do Nordeste do Brasil”, *Revista Turismo Visão & Ação*, 7(2):241-256, Universidade do Vale do Itajaí, 2005b.
- , “Especiação, Região, Progresso e Política Cultural na Antropogeografia de Frederico Ratzel”, *Geografia*, 31(3):455-467, Ageteo/UNESP, Rio Claro, 2006a.
- , “Império, burocracia e interdisciplinaridade como contextos da Antropogeografia de F. Ratzel”, *Geografia*, 31(1):185-198, Ageteo/UNESP, Rio Claro, 2006b.
- , “A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate”, *Revista Geográfica*, Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), 139:83-102, México, 2006c.
- , “Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal”, *Estudos Avançados*, 62:317-334, IEA/USP, São Paulo, 2008.
- , *Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam? uma interpretação geográfica*, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- , “Antropogeografia: ecologia, cultura e europeização”, *Revista de Geografia*, 29(2):25-33, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- Barrows, H., “Geography as Human Ecology”, *Annals of The Association of American Geographers*, 13(1):1-14, 1923.
- Berdoulay, V., “Espaço e cultura”, in Castro, I. *et al.*, *Olhares geográficos*, Bertrand, Rio de Janeiro, pp. 101-131, 2012.
- Bergman, G., *The Metaphysics of Logical Positivism*, University of Wisconsin Press, Madison, 1967.
- Berry, B., “Geography’s Quantitative Revolution: initial conditions, 1954-1960. A Personal Memoir”, in Berry, B. and Wheeler, J. (ed.), *Urban geography in América, 1950-2000, op. cit.*, 2005.

- Berry, B. and Wheeler, J. (ed.), *Urban Geography in América, 1950-2000*, Routledge, New York, 2005.
- Bezzy, M., *Região: uma (Re)visão historiográfica – da Gênese aos novos Paradigmas*, Editora Universitária da Universidade Federal de S. Maria, Rio Grande do Sul, 2004.
- Boas, F., “The Study of Geography”, in Agnew, L.; Livingstone, D.; Rogers, A. (ed.), *Human Geography...*, *op. cit.*, pp. 173-180, 1996 (orig. publicado, 1887).
- Bornheim, G., *Os Filósofos Pré Socráticos: coletânea*, Cultrix, São Paulo, 1967.
- Brunhes, J., *Geografia humana*, Fundo de Cultura Econômica, Rio de Janeiro, 1962.
- Bury, J., *The ideia of progress*, MacMillan/Dover, New York, 1932.
- Butzer, K., “From Columbus to Acosta: Science, Geography and the New World”, *Annals of The Association of American Geographers*, 82(3):543-565, 1992.
- Capel, H., *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*, Barcanova, Barcelona, 1981.
- Christaller, W., *Central Places in Southern Germany*, P.-Hall, New Jersey, 1966.
- Claval, P., *Evolución de la Geografía Humana*, Oikus-tau, Barcelona, 1974.
- , *Regional Geography*, Blackwell, Oxford, 1998.
- , Claval, P., “A Revolução Pós-Funcionalista e as Concepções Atuais da Geografia”, in Mendonza, F. and Kozel, S. (org.), *Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea*, Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, pp. 11-43, 2002.
- Darwin, C., *The origin of Species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle for life*, Collier Books, London, 1962.
- Dunbar, G. (ed.), *Geography: discipline, profession and subject since 1870 —an international survey*, Kluwer Academic Publishers, The Netherlands, 2001.
- Galindo, M. and Menezes, J.L. (org.), *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*, Instituto Cultural Bandepe/Banco Real, Recife, 2003.
- Glaecken, C., *Traces on the Rhodian Shore*, University of California Press, Los Angeles, 1967.
- Hall, C. and Page, S., *The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space*, Routledge, London, 2000.
- Herckmans, E., *Descrição geral da Capitania da Paraíba*, União, J. Pessoa, 1982.
- Holt-Jensen, A., *Geography: history and concepts*, Paul Chapman, London, 1988.
- Humboldt, A., *Cosmos: a sketch of a Physical description of the Universe*, 4 vols., Henry G. Bohn, London, 1952.
- Ibn Tufayl, Muhammad ibn 'Abd al-Malik (1105-1186), *O filósofo autodidata*, Editora da Unesp, São Paulo, 2005 (tradução por Isabel Loureiro).
- Ibn Kaldun (1332-1406), *The Muqaddimah: an introduction to history*, 3 vols., Routledge & Kegan Paul, London, 1958.

- Kimble, G. “The inadequacy of the regional concept”, in Agnew *et al.*, *Human Geography... op. cit.*, pp. 492-512, 1996 (originalmente publicado in *London Essays in Geography: Rodwell Jones Memorial Volume*, edited by L. Stamp and S. Wooldridge, London, Longmans, Green, 1951, pp. 151-174).
- , *A Geografia na Idade Média*, Eduel, Londrina, 2005 (or. inglês, 1938).
- Kirk, G., “A Ciência Grega”, in Lloyd-Jones, H. (ed.), *O Mundo Grego*, Zahar, Rio de Janeiro, pp. 111-123, 1977.
- Koelsch, W., “Academic Geography, American Style”, in Dunbar, G. (ed.), *Geography: discipline, profession and subject since 1870... op. cit.*, pp. 245-279, 2001.
- La Blache, P., “Significado e objeto da Geografia Humana”, in *Princípios de Geografia Humana*, Cosmos, Lisboa, pp. 27-45, 1954.
- Lencioni, S., *Região e geografia*, Edusp, São Paulo, 2003.
- Livingstone, D., *The Geographical Tradition*, Blackwell, London, 1992.
- , *Putting Science in Its Place*, University of Chicago Press, 2003.
- Livingstone, D. and Whitters, C. (eds.), *Geography and Enlightenment*, University of Chicago Press, 1999.
- Malthus, T., *Primer ensayo sobre la población*, Alianza Editorial, Madrid, 1798 (Impressão de 1970, com prólogo de J.M. Keynes: Robert Maltus, [1766-1834]: El primer economista de Cambridge).
- Martonne, E. de, *Panorama da Geografia*, Editora Cosmos, Lisboa, vol. I, 1953.
- Matsuura, O., *O observatório no telhado*, Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Recife, 2011.
- Morais, J., “Nota introdutória”, in *Epicuro: máximas principais*, Loyola, São Paulo, 2010 (trad. e notas por J. Moraes).
- Morales, A.C., *Ratzel: coletânea*, Ática, São Paulo, 1990.
- Morán, E., *Ecologia humana das populações da Amazônia*, Vozes, Petrópolis, 1990.
- Morril, R., “Recollections of the Quantitative Revolution’s Early Years: The University of Washington 1955-1965”, in *Recollections of a revolution: Geography as Spatial Science*, ed. by M. Billinge, D. Gregory and R. Martin, MacMillan Press, London, pp. 57-72, 1984.
- Nicolas-Obadia, G., “Introdução”, in Ritter, *op. cit.*, pp. 5-32, 1974.
- Palm, R., *The Geography of American Cities*, Oxford University Press, 1981.
- Pearce, D., *Geografia do Turismo*, Aleph, São Paulo, 2003.
- Ptolemy, C., “The Almagest: I-V”, in *Great Books of The Western World (series vol. 16)*, ed. by R. Hutchins, E. Britannica, Chicago, pp. 1-480, 1952.
- Raleigh, W., “The Discovery of Guyana”, in *The Principal Navigations Voyages Traffiques & Discoveries of the English Nation*, vol. X, pp. 338-441, by Richard Hakluyt, James McLehose and Sons, Glasgow, MCMIV, 1595.

- Ratzel, F., *Sketches of Urban and Cultural Life in North America*, Rutgers University Press, New Brunswick, 1988 (originalmente publicado em 1876).
- Ravenstein, E., “As leis da migração”, in Moura, H. (org.), *Migrações Internas: textos selecionados*, BNB, volume 1, pp. 23-88, Fortaleza, 1980 (originalmente publicado em 1885).
- Ritter, C., “Introducción à la Géographie Generale Comparée”, *Cahiers de Géographie de Besançon* num. spéciale 22, 1974 (originalmente publicado em 1852).
- Rupke, N., “A Geography of Enlightenment: the critical reception of Alexander von Humboldt’s Mexico Work”, in Livingstone, D. and Withers, C. (eds.), *Geography and Enlightenment*, *op. cit.*, pp. 319-344, 1999.
- Sarmiento, F., “Anthropogenic change in the landscapes of highland Ecuador”, *Geographical Review*, 92(2):213-234, 2002.
- Sauer, C., “The formative years of Ratzel in the United States”, *Annals of The Association of American Geographers*, 61(2):245-254, 1971.
- Schaeffer, F., “Excepcionalismo na Geografia”, *Boletim de Geografia Teorética*, 7(13):5-37, 1977, UNESP/Ageteo, Rio Claro (pub. original nos *Annals of The AAG*, 1953).
- Spath, W., *How it came to be: Carl Sauer, Franz Boas and the Meanings of Anthropogeography*, Ephemera Press, Washington, 1999.
- Stoddart, D., “Darwin’s impact on Geography”, *Annals of The Association of American Geographers*, vol. 56, pp. 683-689, 1966.
- , “Geography—an European science”, *Geography*, vol. 67, pp. 289-296, 1982.
- Strabo, *The Geography of Strabo*, Heinemann, London, 1949, cit. por Unwin, *op. cit.*, 1992.
- Taffee, E.; Morrill, R. and Gould, P., “Transport expansion in under developed countries”, *The Geographical Review*, 53:503-529, 1963.
- Tagliaferro, R., “Introd. and Notes”, in Ptolemy, C., *op. cit.*, p. x e 1-3, 1952.
- Tatham, G., “Geography in the Nineteenth Century”, in Taylor, G. (ed.), *Geography in the Twentieth Century...*, pp. 28-69, chapter II, *op. cit.*, 1967.
- Taylor, G. ed., *Geography in the Twentieth Century: a study of growth, fields, techniques, aims and trends*, Methuen, London, 1967
- The Basic Works of Aristotle*, (ed.) by R. Mckeeon, The Modern Library, New York.
- Troll, C. (ed.), *Symposium on the Geo-Ecology of the Mountainous Regions of the Tropical Americas*, Dümler in Kommission, Bonn, 1968, cit. por Sarmiento, *op. cit.*
- Unwin, T., *The place of Geography*, New York, Longman, 1992.
- Varenius, B., *Geographia generalis*, Officina Elzeviriana, Amstelodami, 1664.
- Weber, M., *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, Pioneira, São Paulo, 1983.